

Armando Malheiro da Silva
Maria Luiza Tucci Carneiro
Stefano Salmi
Coordenação

*R*epública,
Republicanismo
e Republicanos
Brasil • Portugal • Itália



• COIMBRA 2011

Maria de Lourdes Mônico Janotti

A REPÚBLICA FAZ DEZ ANOS!

Precedentes

Na década de 60 do século XIX, durante o reinado de D. Pedro II²⁴⁰, iniciou-se o enfraquecimento do parlamentarismo brasileiro, elemento fundamental do sistema político. Crises ministeriais, reveladoras do difícil equilíbrio parlamentar, sucediam-se ininterruptamente. E, além disso, dissidências grassavam nos dois tradicionais partidos do Império, Liberal e Conservador, em torno dos temas da descentralização político-administrativa e da limitação do poder moderador do monarca. Em meio ao clima de contestação, duas forças novas cresciam no cenário político, o abolicionismo e o republicanismo; ambas se prestariam a apressar o fim do sistema bipartidário, já abalado por Ligas que reuniam políticos inconformados, representantes das duas agremiações, chegando mesmo a surgirem, por razões eleitorais na década de 80, alianças oportunistas entre os descontentes dos partidos tradicionais e membros do nascente Partido Republicano.

Entretanto, reagindo contra essas coligações, aparentemente inconcebíveis, formou-se uma bancada de políticos anti-republicanos que se colocou em defesa da Monarquia. Poder-se-ia mesmo cogitar que somente houve monarquismo atuante na fase final do regime, na medida em que os partidos do Império nunca

²⁴⁰ Sob a liderança de D. Pedro I, filho de D. João VI, rei de Portugal, o Brasil tornou-se independente em 1822, constituindo-se pela Carta outorgada de 1824 em Monarquia hereditária. Pressionado por várias crises internas e externas, D. Pedro I abdicou em 1831 em favor de seu filho menor, que sobe ao trono em 1840 como D. Pedro II, após o conturbado período regencial.

basearam sua prática política em uma teoria do regime monárquico. Compreende-se, deste modo, a razão da convicção tácita do meio político na inviabilidade de um terceiro reinado em caso da morte do rei, inclusive por serem a princesa Isabel e seu consorte Conde d'Eu figuras pouco acatadas pelo seu conservadorismo.

Colaborando na desorganização do sistema bi-partidário, o abolicionismo²⁴¹ se estruturou como uma organização suprapartidária, uma espécie de frente ampla, com elementos de todos os partidos, talvez pudesse se constituir em elemento de forte poder renovador do quadro partidário, mas esvaziou-se a partir de 13 de Maio de 1888, data em que foi abolida a escravidão, não se constituindo em partido e dispersando as lideranças.

Desde que a abolição começou a ser cogitada e que leis contemporizadoras foram sancionadas, libertando nascituros e sexagenários sob condições, o governo vinha perdendo o apoio de grande parte dos proprietários de escravos que propugnava por uma extinção gradual acompanhada de indenização paga pelo estado. Como a lei que extinguiu a escravidão não estabelecia nenhum ressarcimento do capital investido, estilhaçou-se a solidariedade dessa fração de classe para com o trono.

As transformações econômicas que a partir da segunda metade do século XIX se processaram no Brasil, em consonância com as novas exigências do capitalismo, corresponderam na esfera social ao aparecimento de diferentes camadas urbanas, ao fim do escravismo, à utilização do trabalhador livre e à ascensão da burguesia agrária ligada aos novos pólos dinâmicos da economia cafeeira, localizados no Sul do País, principalmente nas Províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, onde grassava com mais ímpeto a propaganda republicana.

Assim, nos momentos finais do Império, a decadência econômica da fração de classe ligada à lavoura tradicional canavieira gerou tanto a inércia administrativa, quanto a impressão de vazio de poder, pois a próspera burguesia cafeeira ainda não se compusera com os demais setores para exercer a direção do Estado. Desentendimentos com a Santa Sé pela condenação da maçonaria — a qual pertencia grande parte da elite brasileira — e com o Exército — por razões de mudanças arbitrárias de comando nas regiões militares e reivindicações estruturais que se acumulavam desde a guerra do Paraguai — agregaram-se

²⁴¹ Por pressão inglesa, o tráfico de escravos foi abolido em 1850.

à delicada conjuntura enfrentada pelo último gabinete do Império, chefiado por Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de Ouro Preto, político do Partido Liberal, autoritário e propenso a mudanças controladas pelo sistema.

A urdidura da conspiração que instituiu a República em 1889 foi tecida, principalmente, por republicanos civis e setores da oficialidade do Exército, inclusive por positivistas que não professavam a religião da Humanidade, cujo maior expoente foi o Brigadeiro Benjamin Constant Botelho de Magalhães, professor da Escola Militar que exercia grande ascendência sobre os jovens oficiais²⁴². Segundo testemunhos, deveu-se a ele o convencimento do tergiversante Marechal Deodoro da Fonseca para que chefiasse a deposição do gabinete, consumasse a expulsão da família imperial do Brasil e formasse em 15 de Novembro um Governo Provisório republicano.

Os primeiros anos

Sobre a passagem do Império para a República consagraram-se dois mitos: o do consenso nacional e o da indiferença da população. Ambos realizaram uma mesma função, ou seja, obscureceram os conflitos que se travaram entre os grupos políticos e sociais na época. Generalizou-se a versão de que não houve oposição ao novo regime, nem discordâncias entre os republicanos sobre o modelo de República adotado.

Como os republicanos não tinham quadros suficientes para prescindir da influência dos políticos das extintas organizações partidárias, compuseram-se facilmente com os antigos chefes dos Partidos Liberal e Conservador. Não se pode falar de adesão da maioria dos políticos aos ideais republicanos, mas abaladas as bases partidárias tradicionais, era natural que continuasse a política das alianças e dos conchavos eleitorais.

As lideranças políticas que não aderiram à nova situação procuraram agregar-se como oposição, fora dos órgãos públicos, principalmente atuando

²⁴² Benjamin Constant Boelho de Magalhães, Thomás Masaryk, primeiro Presidente da República da Tchecoslováquia em 1920 e Teófilo Braga, membro do Governo Provisório da República de Portugal em 1910, eleito 1º Presidente em 1915, eram conhecidos pelos positivistas como fundadores das três Repúblicas do progresso e da ciência.